

SEGREGAÇÃO URBANA E EMPREGO: observações preliminares sobre Salvador*

Ângela Maria de Carvalho Borges (UCSal)*
Inaiá Maria Moreira de Carvalho (UCSal/UFBA)**

Palavras Chave: segregação espacial; desigualdades; mercado de trabalho; Salvador

* Trabalho apresentado no XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Águas de Lindóia/SP – Brasil, de 19 a 23 de novembro de 2012

* Doutora em Ciências Sociais, Professora do Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador – Brasil; Pesquisadora do Núcleo de Estudos do Trabalho - NET/UCSal e do Observatório das Metrôpoles - Brasil. angelborges@uol.com.br

** Doutora em Sociologia, Professora do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador – Brasil e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e do Pesquisadora do Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia e do CNPq e do Observatório das Metrôpoles - Brasil. Endereço: Rua Teodomiro Batista nº 180, aptº. 202, Rio Vermelho – Salvador, Bahia – Brasil – CEP 40000-210. E-mail: inaiammc@ufba.br. Telefone 71 3240 4220

SEGREGAÇÃO URBANA E EMPREGO: observações preliminares sobre Salvador

Ângela Maria de Carvalho Borges (UCSal)
Inaiá Maria Moreira de Carvalho (UCSal/UFBA)

Introdução

Este artigo se propõe a apresentar resultados preliminares de um estudo sobre a relação entre segregação sócio espacial e o mercado de trabalho, com base na experiência de Salvador.

Constituindo uma importante característica das grandes cidades, essa segregação tem despertado a atenção de vários estudiosos como uma expressão da estratificação social sobre o território urbano, refletindo-se sobre as oportunidades, as desigualdades e as condições sociais. Como diversos autores têm assinalado¹, a diferenciação do território e o local de residência têm efeitos significativos, interferindo sobre o acesso a serviços básicos, sobre as condições de escolaridade, os padrões de sociabilidade, a constituição de redes e o acúmulo de capital social e cultural. Nos espaços degradados onde se concentram os grupos mais vulneráveis isto contribui para reproduzir ou acentuar as desigualdades e as dificuldades de subsistência dos referidos grupos, entre outros aspectos porque a desvalorização simbólica e a estigmatização desses espaços se estende aos seus moradores.

No que tange ao acesso aos serviços educacionais, por exemplo, estudos como os de Burgos (2008), Torres (2005), Ribeiro e Katzman (2008) ou Ribeiro e Koslinsk (2010) têm ressaltado a tendência das escolas públicas a se diferenciar conforme a composição social da área onde estão localizadas, com sérias desvantagens para aquelas que servem aos moradores de favelas, periferias e outras áreas pobres da cidade.

Atendendo a uma clientela homogênea e oriunda de famílias de baixa renda e escolaridade, essas escolas têm um conteúdo pouco favorável ao seu mundo e experiência e são comumente precárias e superlotadas. As regras de contratação e alocação no serviço público direcionam para as mesmas aqueles professores que obtiveram uma menor pontuação nos concursos ou os recém ingressos no magistério, enquanto os mais experientes ou com maior pontuação normalmente escolhem escolas mais centrais, que consideram “menos problemáticas” em termos de localização, transporte e perfil do alunato. Além disso, oriundos normalmente das classes médias e pouco preparados para lidar com uma clientela que foge aos modelos idealizados, os professores dessas escolas tendem a desenvolver uma visão preconceituosa e estigmatizadora das características e comportamentos dos alunos e de suas condições de aprendizagem.

Nessas condições, a escola pública não consegue assegurar a esses alunos a aprendizagem e o avanço necessários para o alcance das credenciais educacionais exigidas crescentemente para a conquista de melhores condições ocupacionais. Além disso, a influência do processo de

¹ Ver entre outros, Bourdieu, 1999, Wacquant, 2001, Ribeiro, 2008, Torres, 2005, Marques e Torres, 2005, Ribeiro e Katzman, 2008, Burgos, 2009, Gomes e Amitrano, 2005, Vignoli, 2008, Ribeiro, Kolinski, Alves e Lasmar, 2010, Solis e Puga, 2011.

segregação sobre o acesso e as condições de inserção no mercado de trabalho também está associado às redes e capital social, ao estigma que se abate, muitas vezes, sobre os moradores das áreas segregadas e à localização das oportunidades e postos disponíveis na estrutura urbana.

Como as informações e o acesso às oportunidades de trabalho dependem, na maioria dos casos, de contactos e indicações, a homogeneidade social da vizinhança e a estreiteza das redes sociais também representa um fator adverso à incorporação produtiva dos que residem nas áreas em questão.

Algumas dessas áreas, desvalorizadas e marcadas pela informalidade e pela reduzida presença do Estado e das instituições de controle e segurança pública, têm se tornado presas do tráfico de drogas e do crime organizado. Organizações criminosas têm se apropriado desses territórios, articulando, daí, suas ações no espaço mais amplo da cidade, dominando os moradores locais e recrutando jovens pobres e sem perspectivas para o consumo de drogas e a criminalidade. Associado ao crescimento das desigualdades e à superposição das carências, esses fenômenos tem contribuído para a degradação dos padrões de sociabilidade e para o crescimento da violência, transformando as áreas em apreço em “territórios penalizados e penalizadores”, situados no mais baixo nível da estrutura urbana e portadores de um estigma residencial poderoso. (Wacquant, 2001). Estendendo-se, muitas vezes, aos moradores, esse estigma pode representar mais um obstáculo à inserção laboral. Não é incomum que esses moradores procurem esconder o seu real endereço, como constatamos entre jovens residentes na periferia de Salvador.

Além disso, com exceção da produção e postos industriais, que normalmente se localizam em terrenos mais distantes e menos valorizados, as oportunidades de trabalho e de obtenção de renda tendem a se concentrar no centro comercial e nos espaços ocupados pela população de maior renda, sendo geralmente restritas e mais precárias nas áreas em discussão. Distantes e concentrando uma população homogênea e de baixa renda, essas áreas tendem a sediar apenas algumas atividades mais imediatamente ligadas à sua reprodução, como bares e pequenas mercearias, enquanto o grosso do comércio e dos serviços procuram zonas centrais e mais afluentes, onde estão seus principais consumidores. Assim, a distribuição dos postos de trabalho no espaço urbano obriga a população das periferias e demais áreas segregadas a longos deslocamentos para procurar emprego e para trabalhar, dependendo de um sistema de transportes coletivo lento e precário e arcando com os custos monetários e não monetários desse deslocamento. Isto pode representar mais um obstáculo à integração produtiva, notadamente no caso daqueles grupos com atributos menos valorizados no mercado de trabalho (como os jovens, os negros, as mulheres e aqueles dotados de menor escolaridade), uma vez que muitos empregadores selecionam os empregados também pelo local de moradia, considerando que a distância pode contribuir para uma maior incidência de atrasos e faltas e que o valor do transporte pode onerar os custos salariais.

As análises que se seguem abordam esses fenômenos, discutindo como se dá a concentração de oportunidades e postos de trabalho no caso da cidade de Salvador.

A trajetória e o padrão de segregação sócio-espacial em Salvador

Fundada no período colonial com funções político-administrativas e mercantis, Salvador sediou o governo geral do Brasil até 1763 como a mais importante cidade brasileira. Mas com a transferência da capital para o Rio de Janeiro, a decadência da base exportadora local e,

posteriormente, a constituição de uma economia de base industrial, no país e sua concentração no centro-sul, a cidade passou por um longo período de estagnação econômica, populacional e urbana.

Contudo, com a descoberta e exploração de petróleo na sua área de influência, os investimentos industriais incentivados pelas políticas nacionais de desenvolvimento regional dos anos 1960 e a implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari e de outros empreendimentos para a produção de bens intermediários, da década de 1970 para 1980 a cidade recobrou o dinamismo e experimentou uma significativa modernização. E como isto se deu sobre uma rede urbana pobre e incipiente, polarizada por uma cidade praticamente estagnada há muitas décadas, fez-se necessária a sua transformação. Ela se deu de forma rápida e abrupta, com a realização de grandes obras que acompanharam e anteciparam os vetores da expansão urbana e uma intensa ocupação informal de famílias de baixa renda na periferia. A abertura das chamadas “avenidas de vale” extirpou do tecido urbano mais valorizado vários assentamentos da população pobre, que ocupavam tradicionalmente os fundos até então inacessíveis dos numerosos vales de Salvador.

Além disso, comprometida com uma modernização excludente e com os interesses do capital imobiliário, a Prefeitura de Salvador, que detinha a maioria das terras do município, transferiu sua propriedade para (algumas poucas) mãos privadas através da Lei de Reforma Urbana de 1968 e erradicou ocupações populares localizadas na orla marítima, reservando essa área para o turismo, outro componente da estratégia de crescimento e modernização da cidade (conforme Souza, 2000).

Impulsionado por grandes empreendimentos públicos e privados realizados nos anos anteriores, como a construção de um novo Centro Administrativo, a Avenida Paralela, uma nova estação rodoviária e o primeiro grande shopping da cidade, na década de 1980 consolidou-se um novo centro urbano, direcionando a expansão urbana no sentido da orla norte e contribuindo para o esvaziamento e posterior decadência do centro tradicional, na área antiga da cidade.

Esse conjunto de intervenções, associadas à realização de investimentos complementares e seletivos, centrados na infra-estrutura e no projeto industrial, contribuíram decisivamente para a conformação de um novo padrão de espaço urbano, com a configuração de três vetores bem diferenciados de expansão da cidade: a Orla Marítima Norte, o “Miolo” e o Subúrbio Ferroviário, no litoral da Baía de Todos os Santos.

O primeiro constitui a área “nobre” da cidade, local de moradia, serviços e lazer onde se concentram a riqueza, os investimentos públicos, os equipamentos urbanos, os interesses do capital imobiliário, e, como será visto, as oportunidades de trabalho e de obtenção de renda, estas ainda relevantes também no Centro antigo. O segundo, que tem esse nome pela sua localização no centro geográfico do município, começou a ser ocupado com a implantação de conjuntos residenciais para a “classe média baixa”, na fase áurea do Sistema Financeiro de Habitação, tendo a sua expansão continuada por loteamentos populares e sucessivas ocupações irregulares, com uma disponibilidade de equipamentos e serviços bastante restrita. Finalmente, o Subúrbio Ferroviário começou a ser habitado com a implantação de uma linha férrea, em 1860, constituindo, a partir de 1940, a localização de vários loteamentos populares e ocupações irregulares. Para aí também foram transferidos moradores dos assentamentos erradicados pela Prefeitura da área “nobre” da cidade, de forma que o Subúrbio se transformou em uma das áreas mais carentes da capital baiana, sendo marcada pela

precariedade habitacional, pelas deficiências de infra-estrutura e serviços básicos, pela pobreza dos seus moradores e, mais recentemente, por altos índices de violência.

Assim, a apropriação diferenciada do território urbano se consolidou e se intensificou a partir da década de 1960, com o surgimento da Salvador moderna, com a ocupação do centro e da Orla Atlântica pelas camadas de média e alta renda e a concentração da população de baixa renda em áreas distantes, carentes e segregados do Miolo e do Subúrbio ou em municípios limítrofes da capital baiana, como Lauro de Freitas ou Simões Filho.

Esta apropriação e os padrões de segregação dela resultantes foram identificados e analisados por Carvalho e Corso (2008) com base nos dados do Censo de 2000 e na metodologia do Observatório das Metrôpoles. Esta metodologia envolveu a classificação da população economicamente ativa e sua agregação em categorias mais abrangentes, a partir do pressuposto de que o trabalho constitui a variável básica para a compreensão das hierarquias e da estrutura social, traduzindo, em grande medida, o lugar que as pessoas ocupam nas relações econômicas e a dimensão simbólica que tem esse lugar. Em um segundo momento se considerou a distribuição dessas categorias no espaço urbano, utilizando como recorte territorial áreas definidas por uma agregação de setores censitários utilizado no Censo de 2000 pelo IBGE. Levando em conta como as diversas categorias estão representadas no território de Salvador, foi elaborada uma tipologia que as classificou como superior, média superior, média, popular, popular inferior, popular operário-agrícola e popular agrícola, de acordo com a composição dos seus moradores.

Na categoria superior predominam os grandes empresários, os dirigentes do setor público e do setor privado, ao lado do grupo denominado como “intelectuais” (ou seja, profissionais de nível superior, autônomos ou empregados); na média superior o predomínio é dos intelectuais; na média os profissionais de nível superior se misturam com pequenos empregadores e trabalhadores em ocupações técnicas, de escritório, ocupações médias de educação e saúde e similares; nas áreas de tipo popular predominam trabalhadores manuais da indústria e do comércio, assim como prestadores de serviços com alguma qualificação; nas classificadas como popular inferior há uma conjugação desses trabalhadores com prestadores de serviços não qualificados, trabalhadores domésticos, ambulantes e biscateiros. Como popular-agrícolas foram classificados aquelas que possuem uma presença mais significativa de trabalhadores rurais, áreas essas menos valorizadas e com baixa densidade demográfica, situadas em alguns municípios limítrofes da capital baiana.

Com base nessa classificação, fica patente a ocupação da Orla Atlântica basicamente pelos grandes empregadores, dirigentes e trabalhadores intelectuais, ressaltando-se alguns enclaves como o Nordeste de Amaralina e o Bairro da Paz. Como já foi mencionado, nesses espaços superiores se concentram os equipamentos públicos e privados mais importantes, modernos centros de comércio e serviços, grandes equipamentos urbanos (como shoppings centers, parques e centro de convenções), assim como as oportunidades de trabalho e obtenção de renda. Os setores médios também ocupam essas áreas, assim como o centro tradicional e as áreas mais antigas da cidade.

As áreas populares abrigam a população que não tem possibilidades de consumir o espaço da cidade moderna nem da cidade tradicional, alojando-se tipicamente em parcelamentos clandestinos e habitações precariamente construídas no Miolo ou no Subúrbio. Os trabalhadores de subsistência têm forte presença nessas áreas e em alguns pequenos interstícios da Orla Atlântica, como mostra o Mapa 1, a seguir. Nele, para permitir a

comparação com os dados da RAIS de 2010, sistematizados por Regiões Administrativas (R.As), são traçados os limites e informadas as denominações dessas regiões.

Os registros da RAIS, abarcando o conjunto dos postos de trabalho formalizados no setor público e no setor privado, permitem observar tanto a distribuição dos empregadores (estabelecimentos) como dos empregos no território da capital baiana para explorar tanto o impacto dessa segregação sobre as oportunidades de acesso aos postos de trabalho como, no sentido inverso, a contribuição do mercado de trabalho para a reprodução da desigualdade e da segregação sócio-espacial.

Antes de analisa-los, porém, é importante traçar um rápido panorama do mercado de trabalho da capital baiana em 2010, a partir dos dados de Censo Demográfico e da RAIS.

Mapa 1 Tipologia Sócio-Espacial Salvador – 2000



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000. Mapa elaborado pelos autores.

O mercado de trabalho de Salvador em 2010

Considerando o conjunto dos ocupados como proxy do mercado de trabalho no sentido amplo, o Censo revela que ao final da primeira década do século XXI persistiam as características que historicamente sempre marcaram este mercado em Salvador e foram reforçadas pela reestruturação produtiva dos anos 90 (Borges, 2003): elevado desemprego

(13%), que embora declinante durante a década ainda se mantém entre os mais elevados do país; largos contingentes na informalidade, mesmo com a expansão da economia e dos empregos com carteira assinada (17,6% empregados sem carteira, 18,7% conta própria e 1,1% não remunerados); forte participação das atividades de Serviços e do Comércio na ocupação total (82,7%), com os Serviços Domésticos respondendo, isoladamente, por cerca de 9,1% desse total. Finalmente, as ocupações mais bem remuneradas são em número bastante reduzido - apenas 6,4% dos ocupados alcançava a classe de rendimento de 10 ou mais salários mínimos considerando a soma de todos os trabalhos – encontrando-se a maioria (68,9%) na faixa de até 2 salários mínimos de rendimento mensal sendo que 39,4% ganhava, no máximo, até um salário mínimo.

Trata-se de indicadores de um mercado de trabalho marcado pela pobreza da maior parte das ocupações que gera e, que por isso mesmo, se constitui em um dos principais mecanismos de reprodução da pobreza e da desigualdade no município da capital.

Quando deslocado o foco para o núcleo estruturado deste mercado, formado pelos postos de trabalho socialmente protegidos no setor privado e no público evidentemente os indicadores são um pouco melhores mas, ainda assim, também neste espaço a pobreza, a precariedade e a escassez de lugares melhor retribuídos, em especial para os segmentos mais escolarizados, estão presentes.

Com a baixa participação das atividades de indústria de transformação (5,5%), sediadas sobretudo em outros municípios da região metropolitana, a geração de empregos formais no setor secundário destaca-se pela Construção Civil, atividade que registrou forte expansão na primeira década do século XXI e que respondia, em 2010, por 10,2% do estoque de vagas no núcleo estruturado do mercado de trabalho

Com esse desempenho das atividades produtoras de bens – a agropecuária é residual no município - a predominância das atividades terciárias na geração de postos de trabalho é ainda mais marcante neste núcleo (84,2%) do que no conjunto do mercado de trabalho, respondendo o Comércio por 16,4% e o conjunto das atividades dos Serviços pelos 67,8% restantes. Nos Serviços, destaca-se a Administração Pública, com 20% dos empregos formais do município², segundo a RAIS. Este peso do setor público no núcleo do mercado de trabalho regional é uma das características mais marcantes da economia de Salvador, com reflexos importantes sobre as chances de inserção dos trabalhadores com poucos anos de estudo, na medida em que as características das atividades desenvolvidas neste setor levam a que a escolaridade mais elevada e a posse de diplomas sejam pré-requisitos indispensáveis para acessar um emprego público.

Destacam-se ainda pela importância na geração de empregos formais no mercado de trabalho de Salvador, os Serviços Técnicos Profissionais (14%), de Ensino (4,3%) e os Médicos, odontológicos (5,2%), além das atividades de Alojamento e Alimentação (9,8%) e as de Transportes (5,4%). Grande parte dessas atividades demandam trabalhadores com elevada qualificação e profissionalização mas, igualmente, abrem espaço para a criação de postos de trabalho menos qualificados, que supõem o desenvolvimento de tarefas rotineiras cuja realização não exige especialização nem elevado investimento em treinamento.

² Se excluídos os empregos em estabelecimentos “não localizados”.

Assim, nos chamados Serviços Sociais (Educação e Saúde) destaca-se a participação de três famílias ocupacionais: professores de nível médio e professores de nível superior no ensino fundamental e Técnicos e auxiliares de enfermagem as quais, juntas, respondem por nada menos do que 9,8% dos postos de trabalho formais de Salvador Já os trabalhadores em atividades rotineiras em escritórios e no comércio somavam 20,4% dos empregados do núcleo formal do mercado de trabalho (agentes, assistentes e auxiliares administrativos, caixas e bilheteiros; recepcionistas e operadores em lojas e mercados). Outro grande conjunto de famílias ocupacionais com elevada participação no estoque de empregos em Salvador caracteriza-se pela forte presença masculina (Trabalhadores braçais na limpeza e conservação e na construção civil; Trabalhadores nos Serviços de manutenção de edificações; vigilantes, porteiros e vigias e nos Serviços de carga e descarga). Todas essas famílias ocupacionais compõem o quadro de pessoal de empresas e de instituições públicas sendo, em alguns casos, ocupações presentes em quase todos os tipos de atividade, independente de onde se localizem no espaço urbano.

Quanto aos níveis de remuneração, a concentração dos postos de trabalho nas faixas salariais mais baixas é um traço também observado no núcleo formal do mercado de trabalho da capital baiana embora, nesse caso, a classe modal seja superior à encontrada para o mercado de trabalho mais amplo. Desse modo, em 2010, segundo a RAIS, metade dos empregos pagava, no máximo, dois salários mínimos e a maior parte desse contingente encontrava-se entre 1 e 1,5 S.M. No outro extremo da distribuição, a participação dos empregos que pagavam 10 ou mais salários mínimos acompanha a marca do mercado de trabalho amplo: apenas 6%, o que é um sinalizador dos efeitos da reestruturação produtiva sobre esse espaço do mercado de trabalho regional, que se expandiu nos anos 2000, mas rebaixando as retribuições dos postos de trabalho nele existentes e aumentando a concorrência entre os trabalhadores mais escolarizados pelas vagas que correspondem à expectativa daqueles que alcançaram os diplomas de nível superior.

Quanto às características dos empregados do núcleo formal, ao contrário do observado no conjunto do mercado de trabalho, onde as mulheres conquistaram espaços na década passada (de 48,4% para 51,2% dos ocupados com rendimento), no núcleo protegido observa-se a predominância masculina (57,1% das vagas), indicando que as mulheres continuam mais expostas às formas precárias de inserção no mercado de trabalho.

Quanto à idade, embora persistam as elevadas taxas de desemprego juvenil, isso não significa que os trabalhadores jovens estejam excluídos do emprego protegido. Pelo contrário, os empregadores mantêm sua preferência pelos jovens e adultos no auge da vida ativa: em 2010, 28,8% dos postos de trabalho formais existentes no município estavam ocupados por trabalhadores entre 18 e 29 anos (que representavam apenas 23,3% da população) e as pessoas com idades entre 30 e 49 anos ocupavam 53,4% dos postos de trabalho formais, sendo apenas 23,3% dos empregos formais destinados a trabalhadores com 50 anos ou mais.

Por fim, as informações sobre a escolaridade dos empregados do núcleo formal confirmam as análises existentes sobre a crescente importância do número de anos de estudo, especialmente dos diplomas fornecidos pelo sistema educacional para o acesso a uma vaga no núcleo protegido do mercado de trabalho. No caso de Salvador, a valorização dos diplomas é acentuada pela predominância das atividades de Serviços, num contexto de rápida ampliação dos contingentes de portadores de diploma de nível médio e superior nas gerações mais novas (Borges, 2003). Em 2010, apenas 23,4% dos empregados informados pela RAIS não tinham diploma de nível médio, 57,1% já tinha este diploma e 19,5% tinha curso superior completo.

Esta é talvez a principal desvantagem dos moradores das áreas mais pobres da cidade no mercado de trabalho: residem em áreas com baixa oferta de serviços educacionais, o que coloca obstáculos – e eleva os custos - à obtenção dos diplomas mais valorizados e, quando conseguem obtê-los, disputam os empregos existentes com trabalhadores que residem nas áreas privilegiadas – onde, como será mostrado, se concentra boa parte dos empregos formais -, os quais têm acesso a escolas de melhor qualidade; dispõem de mais informações sobre o mercado de trabalho e não arcam com o ônus do estigma que pesa sobre os que se originam daquelas áreas.

A proliferação de empregos de rotina no comércio e nos serviços tem aberto espaço para a incorporação de uma parcela da população dessas R.As. que se constituem espaços segregados, mas o poder de negociação desses trabalhadores é baixo, tanto pelas desvantagens que acumulam, como pelos custos mais elevados de transporte implicados na sua contratação. Em julho de 2012, considerando apenas uma passagem de ida e uma de volta, o gasto mensal com transporte correspondia a 23,6% do salário mínimo vigente.

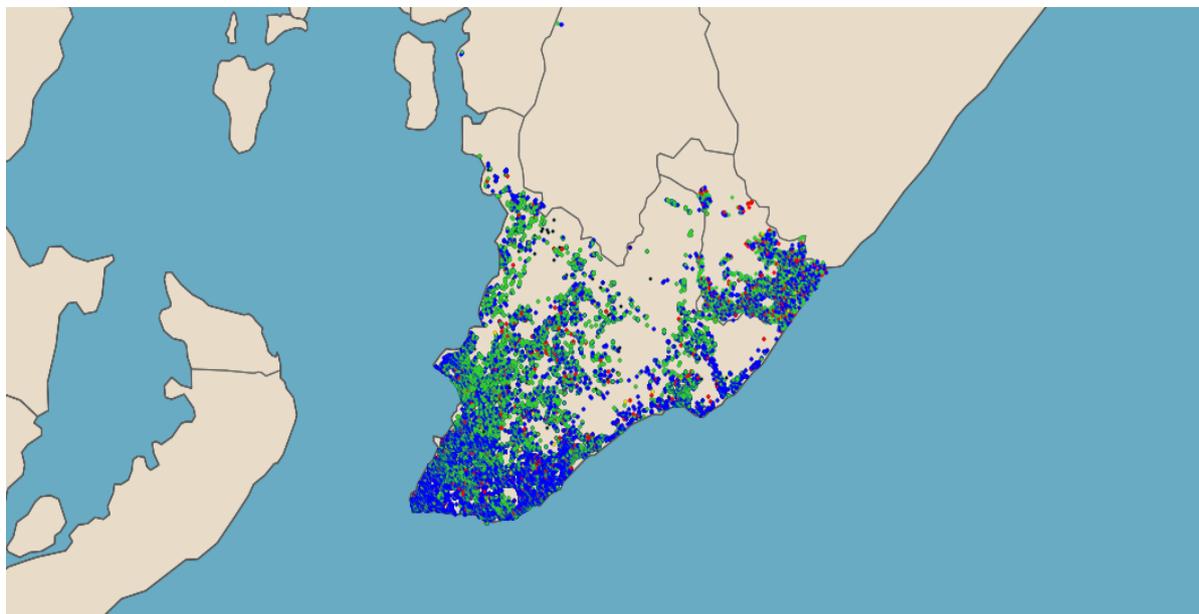
A Distribuição Espacial dos Estabelecimentos e dos Empregos

Os dados da RAIS, tabulados por regiões administrativas e georeferenciados, além de corroborarem o perfil do mercado de trabalho desenhado pelo Censo Demográfico mostram que tanto os empregadores (estabelecimentos) como os empregos se distribuem conforme um padrão que reforça a segregação espacial dos segmentos mais pauperizados, segregação construída também, como visto, por um padrão de expansão urbana periférico marcado pela distribuição desigual no espaço urbano da oferta de bens e serviços coletivos, materiais e imateriais: desde a infra-estrutura urbanística e de transportes, serviços públicos essenciais à reprodução, como os de educação e de saúde, até a segurança pública e a distribuição da oferta de bens culturais.

Como já foi mencionado e constitui um padrão comum às cidades latino-americanas e brasileiras, é no centro comercial e nas áreas afluentes da cidade que se concentram as oportunidades de trabalho e de obtenção de renda.

No caso de Salvador esse padrão aparece, primeiramente, na distribuição espacial dos Estabelecimentos (Mapa 2) desagregados por setor de atividade. Tanto este Mapa quando os Gráficos a seguir mostram a concentração dos negócios nas R.As. do Centro e da Orla e quão poucos são os estabelecimentos empregadores nas R.As. densamente povoadas do Miolo, dos Subúrbios Ferroviários e na R.A de Valéria, área de expansão para o interior, às margens da BR 324, em direção aos municípios industriais vizinhos.

Mapa 2
Estabelecimentos por Grande Setor de Atividade, Salvador, 2010



Fonte: MTE. RAIS

● Serviços; ● Comércio; ● Indústria

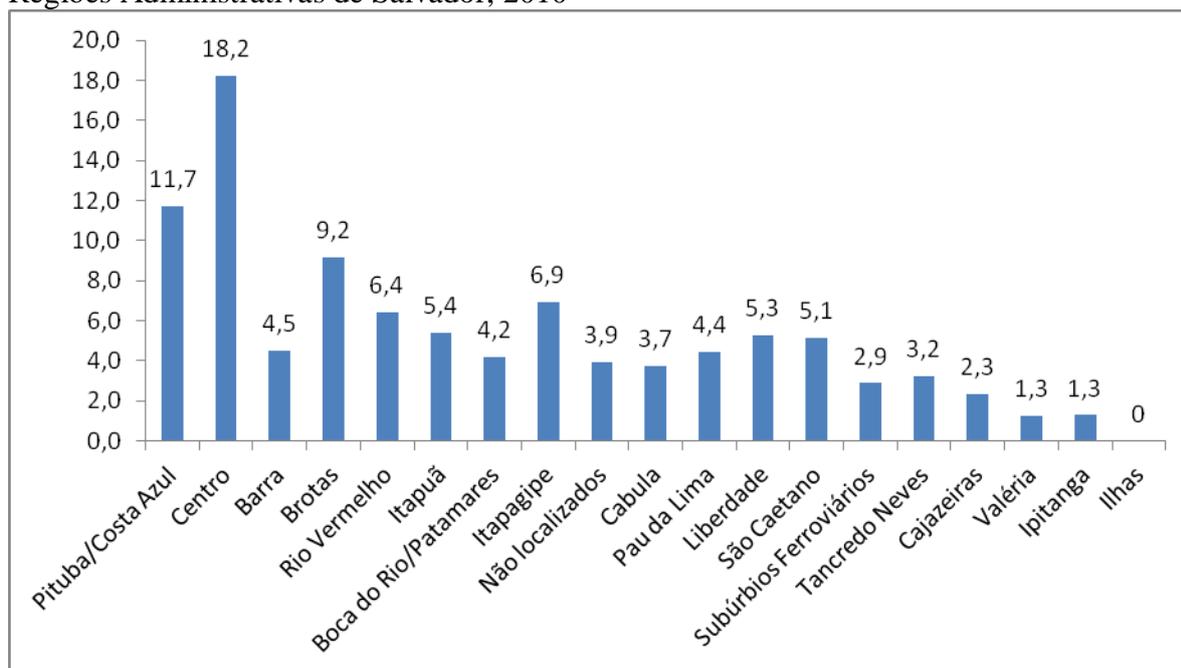
Os Gráficos 1, 2 e 3, que informam a distribuição percentual dos estabelecimentos com declaração na RAIS, por Região Administrativa e confirmam as vantagens locacionais das R.As já destacadas: quase 65% dos estabelecimentos de Serviços estão em apenas quatro R.As (Pituba/Costa Azul, Centro, Barra e Brotas) e 80% em sete delas (quando computados Rio Vermelho, Itapuã, Boca do Rio/Patamares), com os demais estabelecimentos pulverizados nos outros espaços da metrópole, o que é coerente com a composição socioeconômica das R.As.

Como se vê, a concentração dos estabelecimentos empregadores é mais acentuada nas atividades de Serviços, que geram a maior parcela dos empregos formais do que no Comércio, melhor distribuído espacialmente e com forte presença em espaços habitados por estratos médio e popular como As R.As. da Liberdade, São Caetano, Itapagipe e Cabula, de ocupação mais antiga.

O Mapa e os Gráficos permitem observar ainda que a concentração espacial dos estabelecimentos é mais acentuada nas atividades dos Serviços do que nas do Comércio, o que é coerente com o perfil de renda e com os padrões de consumo da população residente em cada uma das R.As. Deste modo, os empreendimentos de Serviços organizados empresarialmente estão localizados sobretudo nas áreas próximas ao seu mercado consumidor (famílias de renda média e alta), grandes concentrações de trabalhadores e de empresas. Nas demais R.As. tais atividades, sobretudo os Serviços Pessoais, tendem a apresentar um elevado nível de informalidade. Já os estabelecimentos comerciais

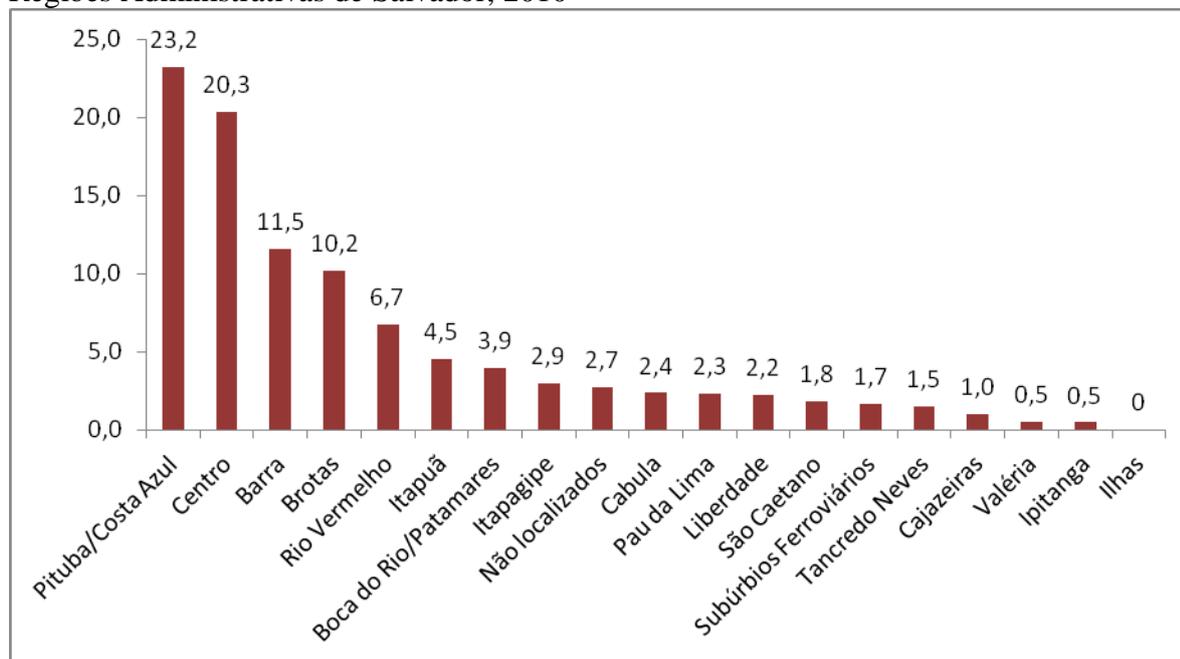
formalizados, embora também desigualmente distribuídos no espaço urbano, têm forte presença em espaços habitados por estratos médio e popular como as R.As. de Liberdade, São Caetano, Itapagipe e Cabula, de ocupação mais antiga. Aparecem também, em maior proporção, nas R.As mais homogêneas pobres, o que pode revelar uma tendência à expansão deste tipo de negócio nessas áreas, puxada inclusive pelas grandes redes de supermercados e do comércio varejista que têm se voltado para essa faixa do mercado consumidor, uma das que mais se expandem e que apresentam ganhos salariais reais e crescente acesso a crédito.

Gráfico 1 - Distribuição percentual dos estabelecimentos formais do setor Serviços Regiões Administrativas de Salvador, 2010



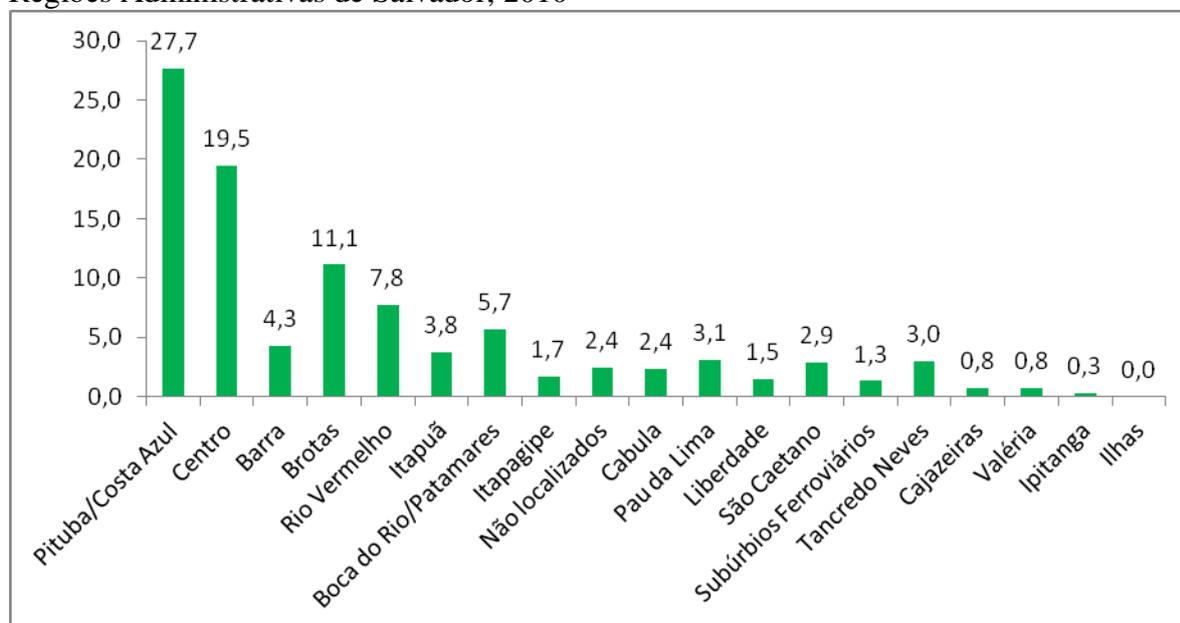
Fonte: MTE. RAIS

Gráfico 2 - Distribuição percentual dos estabelecimentos formais do setor Serviços Regiões Administrativas de Salvador, 2010



Fonte: MTE. RAIS

Gráfico 3 - Distribuição percentual dos estabelecimentos formais do setor Construção Civil Regiões Administrativas de Salvador, 2010



Fonte: MTE. RAIS

A distribuição desigual da atividade econômica no espaço urbano vai se traduzir na concentração dos empregos formais em algumas regiões, de modo desproporcional à distribuição da população. Este desalinhamento entre a concentração dos empregos e da população é

mostrado na Tabela 1, em especial no indicador Razão Postos de Trabalho/Mil habitantes. Na R.A. Centro, que corresponde à área de ocupação mais antiga da cidade e até os anos 70 o centro administrativo e econômico da capital baiana, o número de postos de trabalho formais (20,3% do total) é superior ao da população residente (apenas 3,5%), configurando a situação mais comum de um centro urbano que já perdeu, em muitos trechos, a função residencial. A permanência desta concentração no centro antigo vai beneficiar os moradores das regiões mais próximas e/ou mais bem servidas de vias de acesso a esta área.

No restante do território, os empregos concentram-se, sobretudo, nas áreas da orla predominantemente ocupadas pelos estratos de renda média-alta e alta, ou próximo a essas concentrações: na R.A. Pituba/Costa Azul, que ocupa a faixa interior da costa e onde está localizado o moderno centro comercial e de serviços da capital apresenta a segunda maior razão empregos/mil hab com 742,2 e nela eram encontrados 19,3% dos empregos formais da cidade, em 2010; nas R.As. Barra (6,6% dos empregos), Rio Vermelho (4,4%) e Boca do Rio/Patamares (5,4%), três outras R.As. da Orla; na R.A. Itapuã, onde está localizado o Centro Administrativo, com a maior parte dos empregos da esfera estadual e grande número de órgãos federais respondia por 12,2% dos empregos existentes e, longe a Orla, na R.A. de Brotas com 8,3% dos postos de trabalho da capital. Juntas, essas sete R.As. concentravam, em 2010, 76,5% dos empregos da cidade e apenas 37,1% da sua população.

A outra face desta concentração é visível nas R.As. localizadas do Miolo (Pau da Lima, Tancredo Neves, Cabula, Cajazeiras e Ipitanga), na R.A de Valéria e nos Subúrbios: nessas sete R.As. residia, em 2010, 43,7% dos habitantes de Salvador e eram encontrados apenas 15,6% dos empregos formais do município revelando mercados de trabalho locais restritos e a presença de elevados níveis de informalidade.

Tabela 1 - População e Postos de Trabalho por Regiões Administrativas, Salvador, 2010

Regiões Administrativas	Pessoas Residentes	%	Postos de trabalho*	%	Razão Postos de Trabalho/Mil habitantes
Suburbio	290.017	10,0	19.949	2,8	68,8
Pau da Lima (Miolo)	264.131	9,1	29.145	4,1	110,3
Tancredo Neves (Miolo)	245.230	8,5	18.284	2,6	74,6
Itapuã	235.612	8,1	86.623	12,2	367,7
São Caetano	212.648	7,3	16.235	2,3	76,3
Brotas	209.119	7,2	58.724	8,3	280,8
Pituba / Costa Azul	184.298	6,4	136.783	19,3	742,2
Itapagipe	172.921	6,0	23.163	3,3	134,0
Liberdade	172.685	6,0	16.947	2,4	98,1
Cabula (Miolo)	170.113	5,9	21.516	3,0	126,5
Cajazeiras (Miolo)	162.687	5,6	5.460	0,8	33,6
Rio Vermelho	133.571	4,6	31.154	4,4	233,2
Boca do Rio - Patamares	118.334	4,1	38.049	5,4	321,5
Centro	100.232	3,5	143.498	20,3	1431,7
Barra	95.348	3,3	46.856	6,6	491,4
Valéria	65.073	2,2	10.698	1,5	164,4
Ipitanga (Miolo)	60.939	2,1	5.364	0,8	88,0
Ilhas	6.434	0,2	-	-	-
Total	2.899.392	100,0	708.448	100,0	244,3

Fonte: Censo Demográfico, 2010; RAIS, 2010.

* Exclusive os Não Localizados.

Os percentuais da Tabela 2 mostram que a concentração dos empregos sobretudo nas R.As. do Centro, Pituba/Boca do Rio e Brotas – as três maiores “bacias de emprego formal” da cidade - ocorre em quase todas as atividades, ao contrário da R.A. de Itapuã, cujo destaque deve-se, como visto, à concentração de empregos públicos no Centro Administrativo.

Tabela 2 - Número e distribuição percentual de empregos formais por grande setor de atividade econômica, segundo Regiões Administrativas Salvador, 2010

Regiões Administrativas de Salvador	Agropecuária	Comércio	Construção Civil	Indústria	Serviços	Total
Centro	16,9	15,6	11,1	9,2	20,4	20,3
Itapuã	5,3	6,7	1,0	2,6	14,1	12,2
Pituba/Costa Sul	12,2	17,3	44,7	10,4	13,6	19,3
Barra	16,8	4,6	2,6	1,9	7,0	6,6
Brotas	13,2	9,4	10,9	6,4	6,4	8,3
Boca do Rio/Patamares	2,3	3,3	5,8	8,6	4,7	5,4
Rio Vermelho	5,9	5,3	6,1	3,1	3,3	4,4
Pau da Lima	1,7	5,1	3,1	6,4	3,2	4,1
Cabula	1,3	2,9	1,7	5,6	2,6	3,0
Subúrbios Ferroviários	0,2	2,6	1,0	5,6	2,5	2,8
Itapagipe	2,4	6,0	0,7	5,1	2,3	3,3
Liberdade	0,5	5,2	1,0	3,1	1,5	2,4
Tancredo Neves	0,3	2,5	3,9	11,2	1,3	2,6
São Caetano	0,3	4,8	2,2	4,9	1,1	2,3
Valéria	0,0	2,1	0,3	6,5	0,9	1,5
Ipitanga	0,0	1,6	0,1	1,3	0,5	0,8
Cajazeiras	0,2	1,9	0,5	1,5	0,3	0,8
Ilhas	-	-	-	-	-	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: MTE. Rais

Nota: Exclusive os "Não Localizados"

Essas regiões não só apresentam elevados percentuais no total de estabelecimentos e de empregos formais como se destacam por concentrar quase todos os tipos de postos de trabalho considerados os grupos ocupacionais e os níveis de remuneração. São bacias de emprego para todos os perfis de trabalhadores, o que só contribui para ampliar o seu poder de atração de novos empreendimentos de todos os tipos, de novos postos de trabalho e de contingentes cada vez maiores de trabalhadores em detrimento de outros espaços urbanos, muito embora as deseconomias de escala geradas pelos congestionamentos estimulem o surgimento de novos espaços de concentração de atividades, em especial aquelas voltadas para o consumo empresarial e dos segmentos de mais alta renda. Esse movimento, no entanto, não altera a desvantagem das áreas que concentram os segmentos mais pobres da população, apenas novos espaços são produzidos pela indústria imobiliária reproduzindo o padrão de segregação espacial, a exemplo da expansão recente na Avenida Paralela.

A distribuição espacial dos empreendimentos e dos postos de trabalho socialmente protegidos aqui apresentada reforça a segregação urbana: os moradores das áreas pobres ficam aprisionados em espaços que não oferecem muitas oportunidades para melhorar a situação em que se encontram, sendo forçados a buscar nos espaços mais privilegiados da cidade a sua sobrevivência e os meios para tentar superar a situação de pobreza. A distância e as

dificuldades de acesso a meios de transporte públicos eficientes vêm impondo a esses trabalhadores custos adicionais, ampliados nos últimos anos: o de gastar, diariamente, parte expressiva do seu dia, em deslocamentos de casa para o trabalho e vice-versa, usando transporte coletivo caro e precário, bicicletas e motos ou à pé. Como mostram os dados do Censo de 2010, Salvador destaca-se como a terceira capital na variável tempo habitual de deslocamento casa trabalho: 38,6% dos ocupados que trabalhavam fora do domicílio e retornavam para o seu domicílio diariamente gastavam mais de meia hora até uma hora para chegar ao trabalho e 22% gastava mais de uma hora neste deslocamento.

Tabela 2 - Pessoas ocupadas na semana de referência, que trabalhavam fora do domicílio e retornavam para seu domicílio diariamente, por tempo habitual de deslocamento para o trabalho, Regiões Metropolitanas, 2010

Tempo habitual de deslocamento para o trabalho	Salvador	São Paulo	Rio de Janeiro	BH	Recife	Fortaleza	Curitiba	Porto Alegre
Até 5 minutos	5,9	5,2	5,9	6,2	6,9	8,7	7,5	7,0
De 6 minutos até meia hora	33,5	28,4	32,5	39,8	47,0	45,0	48,2	48,6
Mais de meia hora até uma hora	38,6	35,4	36,3	37,4	34,8	33,6	33,4	34,4
Mais de uma hora até duas horas	19,5	25,2	21,3	15,3	10,2	11,6	10,0	9,4
Mais de duas horas	2,6	5,9	4,0	1,2	1,1	1,1	0,9	0,6

Fonte: IBGE/Censo Demográfico

Já as áreas que se beneficiam da concentração dos negócios e atividades formais, muito embora os seus moradores também sejam afetadas por alguns dos efeitos negativos desta concentração – especialmente no trânsito congestionado -, reforçam a sua posição de espaços prioritários para investimento público e de valorização imobiliária, beneficiando os que aí residem e investem.

A valorização dessas áreas e a maior oferta de serviços públicos e privados aí existente é também, portanto, resultado do trabalho de batalhões de trabalhadores “de fora”, que não se beneficiam dessa concentração nem podem usufruir da abundância de bens, serviços e oportunidades que oferecem, pelos baixos salários pagos pela maior parte dos postos de trabalho formais a que têm acesso e pela sua posição de desvantagem na disputa dos melhores empregos e oportunidades aí existentes: os trabalhadores que moram no “outro lado” da cidade têm, em média, menor número de anos de estudo e os serviços educacionais que acessam são qualitativamente inferiores àqueles desfrutados pelos residentes nas áreas de média alta e alta renda; além disso, dispõem de menos informações sobre o mercado de trabalho e as oportunidades de acesso à renda e arcam com as consequências do fato de residirem nas áreas desprivilegiadas e, para a maioria, muito distantes dos pontos de concentração de empregos formais.

Referências Bibliográficas

BORGES, A.. Desestruturação do mercado de trabalho e vulnerabilidade social: a Região Metropolitana de Salvador na década de 90. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Salvador, UFBA: 374, 2003.

BORGES, Angela. Mercado de trabalho: mais de uma década de precarização. In: DRUCK, G; FRANCO, T. (Org.). A perda da razão social do trabalho. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 81-93

BORGES, Angela. Jovens e trabalho: questões a partir da análise dos mercados de trabalho metropolitanos do Brasil In: Trabajo, empleo, calificaciones profesionales, relaciones de trabajo y identidades laborales. 1a ed. Buenos Aires : CLACSO, 2009, v.II, p. 217-247

BOURDIEU, Pierre. Efeitos do lugar. IN: BOURDIEU, Pierre. (Org.). A Miséria do Mundo, 3ª ed. Petrópolis, Vozes, 1999, p. 159-204.

BURGOS, Marcelo T. B. Segregação urbana e segregação institucional. Trabalho apresentado no XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. Rio de Janeiro, 2009.

CARVALHO, Inaiá M. M. de, PEREIRA, Gilberto Corso. As “cidades” de Salvador. In: CARVALHO, Inaiá M. M. de, PEREIRA, Gilberto Corso. Como Anda Salvador, 2ª. ed. Salvador, EDUFBA, 2008, p. 81-108.

GOMES, Sandra, AMITRANO, Cláudio. Local de moradia na metrópole e vulnerabilidade ao emprego e desemprego. In: MARQUES, Eduardo; TORRES, Haroldo (orgs.) São Paulo: Segregação, pobreza e desigualdades sociais. São Paulo: Ed. SENAC, 2005.

MARQUES, Eduardo; TORRES, Haroldo (Orgs.) São Paulo: Segregação, pobreza e desigualdades sociais. São Paulo: Ed. SENAC, 2005, 329 p.

RIBEIRO, Luiz César de Q., KATZMAN, Rubem. A cidade contra a escola? Segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina. Rio de Janeiro: Letra Capital: FAPERJ, Montevideú/Uruguai: IPPES, 2008.

RIBEIRO, Luiz César de Q., KOSLINSKI, Marianne C., ALVES, Fátima, LASNAR, Christiane (Orgs.). Desigualdades urbanas, desigualdades escolares. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles: IPPUR/UFRJ, 2010. 334 p.

SERAVI, Gonzalo A. Mundos aislados: segregación urbana y desigualdades em La ciudad de Mexico. EURE, Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales, v. XXXIV/nº. 103/diciembre 2008, p. 93-110.

SOLIS, Patrício, PUGA, Ismael. Efectos del nivel socioeconômico de la zona de residênciã sobre el proceso de estratificación social en Monterrey. Estudios Demográficos y Urbanos, v. 26, n. 2 (77), 2011, p. 233-265.

SOUZA, Ângela Gordilho. Limites do habitar: segregação e exclusão na configuração urbana de Salvador e perspectivas no final do século XX. Salvador, EDUFBA, 2000.

TORRES, Haroldo da Gama, MARQUES, Eduardo. Políticas Sociais e Território. Uma abordagem metropolitana. São Paulo em Perspectiva 18(4). São Paulo, Fundação SEADE, 2004, p. 28-30.

VIGNOLI, Jorge Rodriguez. Movilidad cotidiana, desigualdad social y segregación residencial em cuatro metropolies de America Latina. EURE, vol. XXXIV, nº. 103, p. 49-71, dez. 2008.

WACQUANT, Loic. Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada. Rio de Janeiro, REVAN/FASE, 2001.